

FUNDAMENTOS DO NEOPATRIMONIALISMO

Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá

A vocação das ciências para encontrarem uma visão holística a partir das micro-constituições foi também a de uma filosofia que doutrinariamente se sugeriu em uma Teoria Geral do Conhecimento Contábil, esta derivada da Teoria das Funções Sistemáticas do Patrimônio das Células Sociais. A partir de tais definições formar-se-ia sobre os construtos lógicos de correntes clássicas da Contabilidade as bases de uma nova forma de pensar e estudar, tão como de pesquisar, tomando-se a riqueza patrimonial como fundamento para uma prosperidade a ser alcançada pelas células, mas com características de interação social e com uma forte preocupação com a humanidade e com o próprio planeta. O neopatrimonialismo surgiu como uma corrente científica contábil de teor específico e como esperança de uma visão holística da função da riqueza das células sociais.

PROGRESSO CIENTÍFICO E CONTABILIDADE

O valor de um conhecimento liga-se ao vigor lógico do mesmo quando busca traduzir a verdade sobre os acontecimentos ou exercício de corpos e energias.

O progresso científico ocorreu a partir de uma disposição do ser humano perante a realidade, procurando explicar o porque se sucedem as coisas.

A curiosidade do ser humano, no sentido de compreender as razões sobre os acontecimentos, despertou-se há milênios e seguiu seu curso ininterrupto, acrescentando utilidades à vida.

Na medida em que evoluíram as conquistas da razão progrediram as questões teóricas, como disciplina do pensamento organizado e superior.

A Contabilidade, nasceu como uma das primeiras manifestações do uso da inteligência, desde as inscrições, incisões e pinturas rupestres, no Paleolítico Superior, há mais de 15.000 anos, como uma forma intuitiva de memorizar, competente para gerar, progressivamente, buscas consecutivas de explicações sobre a natureza dos acontecimentos com a riqueza através da evolução teórica.

Na medida em que a complexidade crescente da vida social obrigava o ser humano a novas formas de entender os fatos intrincados critérios para buscar entendimentos sobre os meios que supriam necessidades materiais e que conduziam seres e nações à prosperidade foram sendo acumuladas em concepções doutrinárias.

Há milhares de anos o homem já se sensibilizara no sentido de compreender que existem relações que guiam os acontecimentos patrimoniais, mas, a sistematização do conhecimento contábil só ocorreria há pouco mais de meio milênio.

De o simples registrar até ao entender o que deveras ocorre com as coisas que são matérias de registros, um longo período foi, portanto, percorrido, mas, alcançou o seu ápice, quando exigiu um raciocínio de ordem mais rigorosamente lógica para os estudos, de modo a sustentar reflexões (ver sobre a matéria a nossa obra *Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade*, editora Atlas).

As doutrinas foram conseqüências lógicas dos atos reflexivos e da organização das conquistas do pensamento organizado.

Tais critérios racionais ao encaminharem as observações cederam motivos para o aparecimento de percepções, conceitos, enunciados, proposições e teoremas e a vocação doutrinária foi uma conseqüência natural, em direção a níveis superiores de consciência.

A ciência da Contabilidade foi uma conquista da inteligência humana, mas, dentre as suas doutrinas, sem dúvida, a que mais vigor de realidade apresentou foi aquela “patrimonialista”.

A evolução teórica, portanto, como tendência natural, é questão que se liga, diretamente, ao mundo da pesquisa, mas, para que ocorra, é preciso que se penetre na essência do que dita a marcha evolutiva do conhecimento contábil.

As correntes de pensamento científico, todavia, caracterizaram-se pela luta que tiveram os intelectuais em determinar a qualidade da matéria de indagação, pois, esta, é sempre a que dita a metodologia adequada no tratamento da questão.

Saber o que se estuda (objeto de indagação), para que se estuda (finalidade da indagação), são preocupações básicas para a organização do pensamento.

Só a mente disciplinada, de forma lógica (método), pode ser competente para encontrar explicações sobre acontecimentos, de modo a dar proveito ao que racionalmente conquista (utilidade do saber).

O progresso do conhecimento foi lento, mas fluiu das primeiras observações, daquelas que se constituíram nas bases para as explicações sobre os acontecimentos patrimoniais.

Tudo começou realizando-se observações de ocorrências singelas, mas, só se desenvolveu quando a capacidade de relacionar o observado permitiu tirar

conclusões sobre os fatos (a base científica se apóia em relações sobre fenômenos bem definidos).

A Contabilidade, preocupada, inicialmente, apenas com registros de coisas, de débitos e de créditos, foi buscando, em sua evolução, organizar sistematicamente o conhecimento, para poder saber de que matéria efetivamente ela tratava, notoriamente a partir do século XVI da era cristã.

Do empírico ao científico, milênios foram necessários para que a humanidade pudesse superar as suas dificuldades de compreensão sobre os fatos.

Explicar fenômenos com racionalidade e generalidade, todavia, a Contabilidade só o conseguiria a partir do século XVIII, ou seja, na mesma época em que, também, como científicos, se estruturaram muitos dos conhecimentos humanos.

Grandes esforços foram necessários para construir doutrinas e difundir tais conquistas, mas, isto, só se materializou, através dos núcleos intelectuais (escolas e correntes científicas).

As correntes científicas de pensamentos em Contabilidade, contudo, só começaram a existir há cerca de aproximadamente dois séculos.

Os grandes mestres construíram escolas ou maneiras de pensar e essas se foram divulgando por diversas partes, formando segmentos definidos de critérios de raciocínios.

Como a evolução da própria inteligência humana, depende do ambiente em que ela se opera, foi a partir da aceleração dos movimentos dos capitais que também se acelerou o cuidado em estudar os fenômenos que atingem aos mesmos, como forma especial de analisar a riqueza.

A revolução científica gerou a revolução da produção e esta a nova forma de viver socialmente.

A sociedade industrial passou a exigir que a riqueza se constituísse sob condições diferentes, ocorrendo, então, uma outra imposição para satisfazer crescentes e novas necessidades da humanidade.

Tais transformações impulsionaram os estudos de todas as ciências ligadas ao mundo empresarial e a Contabilidade cumpriu o seu papel através de seus grandes intelectuais, com destaque para os europeus e entre esses os italianos, franceses e alemães.

Estudos muitas vezes simples, práticos, sem sofisticação, mas comprometidos com a verdade, serviram de base para teorias modernas e de amplo sentido.

Isto ocorreu em todos os ramos do saber e às vezes até de forma surpreendente.

A história da ciência é um rico mosaico de linhas individuais de pesquisas e de linhas de adeptos de pensamentos originários que se consubstanciaram em outros de rara importância.

A moderna biologia molecular que tantas surpresas tem revelado na clonagem de seres, nasceu de experiências aparentemente ingênuas feitas com plantas, nas indagações de Mendel e naquelas da hereditariedade dos seres, de Darwin. Milhares de anos antes Aristóteles já tinha a intuição dos ditos “pangeneses”, mas, tudo só se desenvolveria de fato quando as lentes poderosas foram criando os microscópios de maiores recursos que permitem hoje mapear as cadeias de genomas.

O progresso da biologia molecular ocorreu em consequência do esforço de muitos estudiosos seguindo o curso da transformação do gen, isolamento deste, reprodução e finalmente da transplantação de genes.

O mesmo na Contabilidade viria a suceder depois do advento dos computadores permitindo análises de funções, velocidade informativa e

acumulação de dados competentes para o estabelecimento de conclusões surpreendentes.

Os microscópios são instrumentos que ensejam o encontro de verdades na biologia molecular como os computadores o são para a Contabilidade, ou sejam, por analogia, são instrumentos que facilitaram entendimentos e não os que os substituem ou eliminam (como irracionalmente difundiu certa imprensa mal informada).

As vacinas eram recursos que há milhares de anos os chineses já conheciam, mas, só com instrumentos modernos entendeu-se que elas se fundamentam na ação dos vírus denominados “fagos” e que se introduzindo nas bactérias as destroem.

Em Contabilidade, já no tempo da Roma de Trajano, realizavam-se análises patrimoniais de relações entre a aplicação e a necessidade, mas, em bases de intuição e empiricamente, jamais como hoje podemos realizar conhecendo os limites em que se relacionam tais elementos.

PATRIMÔNIO COMO OBJETO CIENTIFICO E PATRIMONIALISMO

Foi a partir do entendimento de que nossa matéria de indagação era a riqueza patrimonial que se estabeleceu uma doutrina específica de natureza contábil que recebeu a denominação de “patrimonialismo”.

Deixando a visão da forma, da simples informação, para deter-se nas razões do que acontecia com o que era registrado e exposto, estabeleceu-se um critério científico de exame de fenômenos especificamente isolados.

As influências de conceitos jurídicos, econômicos, matemáticos, administrativos e que invadiam as indagações contábeis centralizou-se no exercício da riqueza, este como objeto de indagações.

Tal doutrina seria a que internacionalmente mais se difundiria.

Seu maior líder foi Vincenzo Masi , na Itália .

Masi gerou suas idéias na década de 20 do século XX e as desenvolveu de forma exuberante nas décadas seguintes e até a dos anos 70 (quando faleceu).

Partiu do princípio que absorvera das estruturas culturais de Villa, Besta, Bonalumi, Bornacini e Rossi , principalmente desses, para erguer todo um arcabouço de raro valor didático e científico .

As grandes doutrinas se constroem com a soma de conquistas já realizadas e foi assim que Masi construiu a sua.

Masi tomou como fundamento a visão de que a escrita, os registros, as demonstrações, são apenas instrumentos para que se possa ter memória de fatos acontecidos com a riqueza da célula social, necessitando, todavia, de explicação e interpretação .

Foi por isto que, de forma cristalina, defendeu a autonomia científica do nosso conhecimento, por entender que este possuía requisitos para tal prerrogativa.

O pendor para a ótica patrimonialista havia-se já despertado na França, no início do século XIX, mas, não podemos afirmar que se tivesse, naquela época, já erguida toda uma doutrina sobre a questão.

Quando Masi buscou a concepção patrimonialista, no início do século XX (cem anos depois do movimento intelectual patrimonialista francês), tinha outra forma de enfocar filosoficamente a questão.

Quando em 1973 Chang e Cohen conseguiram unir as moléculas de ADN (ácido desoxirribonucléico e que é a matéria genética dos seres vivos) de dois organismos diferentes, estavam seguindo a uma trilha de acumulação de

conhecimentos, sem desprezar conquistas anteriores, mas, abrindo as portas para um novo caminho; assim, Masi não foi o primeiro a entender que a riqueza patrimonial deveria ser o objeto de uma ciência (isto Aristóteles já havia dito há mais de dois mil anos), mas foi o primeiro quem construiu uma doutrina científica sobre esta realidade.

Outros estudiosos, também, por uma influência masiana, se direcionariam no mesmo sentido.

Em Portugal, seguindo aos pensamentos masianos, Jaime Lopes Amorim aprimorou os estudos e formou sólidas bases de uma doutrina, fundamentada no equilíbrio do capital próprio.

O emérito autor lusitano teve méritos particulares na questão e independentemente de minhas polêmicas com o mesmo, na década de 50, reconheci e reconheço nele um raro valor em sua filosofia contábil .

No Brasil, Francisco D'Auria, foi o precursor do patrimonialismo, admitindo ser esta a verdadeira tendência positiva da Contabilidade, tendo sido seguido por outros colegas, mas, de forma proeminente e brilhante, por Frederico Herrmann Júnior.

Logo após, acompanhando os dois luminares referidos, Hilário Franco, Álvaro Porto Moitinho, Américo Matheus Florentino, Alberto Almada Rodrigues, José Lourenço de Miranda, Rogério Pfaltzgraff, Pedro Dantas Pina, José Amado do Nascimento, Cibilis da Rocha Viana, Albino Steinstrasser, Henrique Desjardins, A . F. de Lacerda Alves e muitos outros, seguiriam, todos, inclusive eu, a doutrina patrimonialista.

Em diversos outros países do mundo o patrimonialismo foi-se implantando, formando uma forte corrente internacional de pensamentos (ainda que nem todos tivessem atribuído a Masi o verdadeiro valor que teve).

Empiricamente, outros intelectuais já percebiam que o estudo da riqueza patrimonial era nossa preocupação, mas, deixaram-se ofuscar pela relevância dada à conta, esta que formalmente representa os fenômenos (esses foram os Contistas – e que foram em verdade “patrimonialistas inconscientes”, como escreveu Masi) .

Os contistas admitiam que a conta fosse o objeto da Contabilidade, sem perceber que a conta não é, senão, a representação de fenômenos patrimoniais, em seus aspectos formais e quantitativos e não o próprio fato que registram (como uma fotografia não é a própria pessoa que evidencia).

De forma científica, mas, parcial, em 1836, Coffy já havia admitido, como objeto da Contabilidade, o capital, mesmo em um ambiente onde predominavam os contistas; esta asserção, embora parcial, porque o capital é apenas um aspecto do patrimônio, ou seja, o da riqueza volvida ao lucro, não deixou de ser patrimonialista.

Como a ciência busca o universal e como o capital é apenas um aspecto sob o qual a riqueza pode ser observada, embora o emérito mestre francês tenha inequívocos méritos científicos, apenas abordou, conceitualmente, uma face da questão.

Não se pode negar, todavia, que o nascimento da Contabilidade científica deve a J.P. Coffy essa introdução ao racional superior e foi assim que a Academia de Ciências da França o reconheceu; como ele fixou, como objeto, o capital, podemos dizer, por ilação, que, cientificamente, a Contabilidade científica, já nasceu patrimonialista.

Mesmo os que, empiricamente, em nosso século, trataram e ainda tratam da Contabilidade em seus estudos, desenvolvendo raciocínios apenas pragmáticos para buscar explicações, em geral, acabam por usar sempre a ótica patrimonialista como guia.

O defeito de muitos analistas tem sido o de focar apenas “casos isolados” e dar aos mesmos uma importância tão absoluta que os passam a considerar como modelos, desconhecendo que só o “universal” é o científico.

Porque um fenômeno sobre immobilizações ocorreu desta ou daquela forma em uma indústria de Detroit não quer dizer que vá acontecer da mesma forma em outra similar, mas, em Porto Alegre.

O modelo só é científico quando tem condições de estabelecer uma estrutura que possa prognosticar o que acontece em todos os lugares e em todos os tempos sempre sob as mesmas leis de correlações entre fatos.

ENFOQUE NEOPATRIMONIALISTA COMO CONSEQUENCIA DO PROGRESSO

No campo da ciência a tendência é a de fazer progredir as conquistas obtidas, ou seja, nunca se estar satisfeito com o que se consegue.

A acomodação não é a característica da ciência.

O patrimonialismo, pois, teria que dar margem a progressos, sem, todavia, deformar as bases que foram os seus alicerces doutrinários.

O vigor das idéias de Masi, Amorim, D’Auria e tantos outros luminares, deveriam progredir durante o século XX, como, de fato, ocorreu.

O mundo mudou, comportando profundas transformações tecnológicas e sociais.

A partir da década de 60 do século XX, acelerou-se um câmbio de vida sem igual aos precedentes e que deveria impor sérias modificações no comportamento da riqueza, no fluxo dos capitais, nas formas de produção e nos critérios de informar e difundir a informação.

Essas transformações influíram substancialmente sobre os conceitos patrimonialistas.

Não foi possível mais, diante da imensa evolução científica, da informática, da mudança de costumes e hábitos em sociedade, da pressão capitalista, cada vez mais intensa, gerando a globalização dos mercados, manter as mesmas idéias sobre a utilização da riqueza.

As exigências sociais, aquelas do mercado, a sanha imperialista, os abusos da especulação pelo dinheiro, a concentração de capitais, a corrupção e a perda dos preceitos éticos, a velocidade extrema das comunicações, o progresso espantoso no processo da informação, as aplicações científicas cada vez mais ousadas em quase todos os ramos do saber humano, foram fatores que inspiraram, também, as modificações conceptuais em Contabilidade.

O Neopatrimonialismo foi uma consequência natural dessas mudanças.

Foi necessário dar às doutrinas, do início do século, uma visão holística e nisto me inspirei para estruturar uma “Teoria Geral do Conhecimento Contábil”.

O progresso da Contabilidade precisava estar em nível igual ao do progresso da humanidade.

Quando entramos na era filosófica da nossa disciplina, mudaram-se os rumos; tal câmbio seria inevitável, pois, assim, também, ocorreu com as demais ciências.

A filosofia deveria ser a base de um Neopatrimonialismo, alimentando, assim, também, os fundamentos de uma grande corrente de pensamento científico.

A obra de D’Auria em 1949 (bases sistemáticas), a minha Filosofia da Contabilidade (bases lógicas), em 1952, seguida daquela de Masi, em 1962 (Epistemologia contábil), foram importantes para que nos anos 70 eu desenvolvesse tudo o que já anteriormente tinha como convicções e ambições para um aumento de qualidade do conhecimento contábil .

BASE TEÓRICA DO NEOPATRIMONIALISMO

Uma corrente científica se define pela filosofia que escolhe como matéria de indagação e pela metodologia defluente.

A eleição de uma teoria básica é imprescindível para que se processe uma unidade de pensamentos.

Uma “teoria geral”, com condições de gerar outras teorias deve ser um ponto de partida.

Ao reunir teoremas, todavia, sobre um tema comum, para construir uma Teoria, nem sempre se tem logo a visão do que podemos conseguir.

Assim se passou com o caso de meus estudos, na matéria em causa.

A teoria que serviu de base para a minha “Teoria Geral do Conhecimento Contábil”, deveria ser a própria das Funções Sistemáticas do Patrimônio que eu elaborava como uma “Teoria do fenômeno patrimonial”, como uma lógica do objeto científico.

Concebi essa teoria a partir de muitos teoremas que havia conseguido produzir, tendo por matrizes alguns grandes axiomas (transformação, relações lógicas, sistemas, eficácia e prosperidade social).

Embora não exclusivos, os teoremas referidos foram os determinantes para a construção da estrutura doutrinária que me propunha elaborar.

Admitindo que no patrimônio tudo se transforma, tudo se relaciona, tudo se organiza em sistemas, tudo busca a eficácia e nada pode estar alheio aos continentes da riqueza, estabeleci todo um processo lógico de uma teoria geral que pudesse alimentar todas as demais (como vem ocorrendo no momento).

Apoiei-me ainda nas idéias de que “o patrimônio não se move por si mesmo, mas sob a ação de agentes” e que “não basta ter consciência sobre o que

aconteceu ou vai acontecer com a riqueza, mas, basicamente sobre o que faz acontecer a transformação”.

Na realidade, as idéias de uma generalidade, preocuparam-me desde os anos 60 do século XX, mas, foi apenas na década de 80 que conclui minha teoria, expondo, a mesma, por primeira vez, aos professores da Universidade de Sevilha, em Seminário realizado para esse fim específico, liderado pelo genial mestre espanhol Manuel Ortigueira Bouzada (este que me sugerira, anos antes, algumas razões importantes de pensamentos para a produção de minha teoria). Só em 1992 publicaria, pelo Instituto de Pesquisas Augusto Tomelin, a referida Teoria e que em 1998 seria editada na Europa, pelo Ministério de Economia e Fazenda, da Espanha.

A partir dessa difusão, estruturou-se uma corrente de estudos “neopatrimonialistas”, com diversos seguidores , sérios analistas da mesma, escritores e pesquisadores, dentre outros os quais destaco : Prof. Valério Nepomuceno, Prof. Marco Antônio do Amaral Pires, Prof. Nourival Resende Filho, Prof. Alexandre Bossi , Prof. Pedro Onofre Fernandes, Dr. Luiz Fernando Coelho da Rocha, Prof. Antônio Carlos Cardoso (Minas Gerais), Prof. Fernando Vilas Boas, Prof. Walter Crispim da Silva, Profa. Lígia Pimenta , Profa. Yumara Lúcia Vasconcelos, Profa. Janaina Naves, Prof. José Antônio Moreira Icó da Silva, Prof. Dílson Cerqueira (Bahia), Prof. Paulo Roberto Santanna, Prof. Amilton Ribeiro, Prof. José Paulo Cosenza, Prof. Raimundo Viana (Rio de Janeiro) , Prof. João Lopes da Cruz Neto, Prof. Genival Ferreira (Pernambuco), Profa. Vera Luise Becke, Profa. Maria Elisabeth Pereira Kraemer (Santa Catarina), Prof. Joaquim Cunha Guimarães (Braga, Portugal), Prof. César Eduardo Stevens Kroetz, Werno Herckert (Rio Grande do Sul), diversos professores da Universidade do Minho (Portugal), Prof. Dr. Samuel Alberto Mantilla Blanco (Colômbia), Prof. Dr. Luís Carlos

Garcia Casella, Prof. Dr. Eduardo Scarano, Prof. Dr. Eugênio Helman (Argentina), Prof. Capela Tapa (Angola) e outros estudiosos que ainda estão a concluir suas pesquisas e trabalhos sobre a nossa nova teoria .

AXIOMAS BÁSICOS DA TEORIA DAS FUNÇÕES SISTEMÁTICAS

Nossa teoria apresentou diversos axiomas, mas, alguns básicos e que podem ser considerados os que orientam os fundamentos .

O primeiro dos axiomas, é o da “Transformação” e este se inspira nas razões lógicas fundamentais de que *o patrimônio sempre se movimenta sob ação de agentes e também sempre se modifica.*

Ou seja, a modificação patrimonial para nós passou a ser entendida como uma vocação natural e uma ótica obrigatória de consideração para a análise dos fenômenos.

Reconheci ser preciso considerar que aquilo que se tem, como objeto de estudo, é um fenômeno que ocorre em um complexo, cuja finalidade é a de suprir necessidades das células sociais (lares, instituições públicas, instituições particulares, empresas de todas as naturezas) e que estas vivem em constantes e sucessivas renovações.

Partindo do princípio de que a célula social se compõe de pessoas e de meios patrimoniais, agindo de forma constante e com finalidades definidas, a riqueza, contida em tal célula, segue naturalmente a essa tendência de movimentos permanentes e logo, também, de mutações constantes.

Nesse conjunto de raciocínios foi estruturado o axioma da transformação, como um ponto de partida.

Foi para mim fácil aceitar a prioridade da transformação sobre o movimento, pois, embora aquela deste se derive, é tal efeito que maiores implicações oferece para a análise.

Outro axioma considerado foi o derivado da razão fundamental de que *quando os meios patrimoniais satisfazem a necessidade a eficácia se opera.*

A eficácia é fim natural para o qual o patrimônio se constitui.

Ela é a meta que se persegue, mas, só existe, se e somente se, a necessidade se anula.

A meta é a eficácia, mas, só pode ser obtida com uma função eficaz, ou seja, com o uso adequado dos meios patrimoniais, de tal forma que se consiga a plena satisfação do que é necessário.

Tais razões alimentaram a estruturação do axioma da eficácia.

O terceiro axioma, no qual me apoiei, fundamentou-se nas razões de que *existem grupos de fenômenos característicos que operam de forma simultânea e em regime de interação, gerando as relações lógicas estruturais do fenômeno patrimonial.*

Tais grupos são os das: 1) **essência** dos fatos, 2) **dimensões** dos mesmos fatos e 3) o dos **ambientes** que envolvem o patrimônio, como entornos agentes.

O quarto axioma foi o que se fundamentou na realidade de que sendo as funções do patrimônio que promovem a eficácia, todavia, tais funções se organizam em “**sistemas** definidos de utilidades”.

Tais sistemas, segundo as bases de minha teoria, são reconhecidos como relevantes, autônomos e interdependentes e seus componentes são os meios patrimoniais e as necessidades que estes devem suprir.

Dentre eles identifiquei os da liquidez, resultabilidade, estabilidade, economicidade (básicos), produtividade, invulnerabilidade (auxiliares) e elasticidade (complementar).

Tal identificação nada de original teve, pois, todos esses sistemas já eram reconhecidamente aceitos, apenas, faltava, no assunto, uma metodologia sistemática científica que pudesse dar à eles um tratamento lógico de interdependência, interação e organização epistemológica .

Uma verdade essencial, também, considerável como axiomática, que destaquei na teoria foi a de que ***os sistemas de funções patrimoniais influem uns sobre os outros, em regime de reciprocidade.***

Trata-se do axioma da ***interação sistemática.***

Assim, o aumento da liquidez, implicando em maiores recursos, tende a implicar também em melhores condições para que o lucro se opere.

O sistema da liquidez ao influir sobre o sistema da resultabilidade faz com que este também possa aumentar a eficácia daquele.

Assim, maiores lucros podem trazer maior liquidez e a maior liquidez pode trazer maiores lucros.

Nisto consiste a interação das funções sistemáticas e que nos obriga a um estudo de conjunto e não só deste ou daquele comportamento de fatos.

Como grande axioma, fundamental, de toda a teoria defluiu o entendimento lógico que se precisa ter sobre o conhecimento contábil.

Ou seja, o de que sendo a Contabilidade a ciência da riqueza e que tal conhecimento tem por finalidade a obtenção da eficácia, ***quando todas as células sociais forem eficazes, a sociedade, por decorrência natural, também o será.***

A visão dos estudos contábeis, pois, na Teoria das Funções Sistemáticas está ligada, de forma substancial e irreversível, aos ambientes que são os continentes e agentes do patrimônio.

Nossa teoria mostra um ***patrimonialismo vinculado ao social, ao humano,*** ou seja, transcende ao âmbito celular, sendo esta uma orientação filosófica

relevante (hoje tão evidente nas denominadas : Contabilidade Social e Contabilidade Ambiental) .

Defende o princípio da interação dos sistemas de funções da riqueza com tudo o que a esta cerca.

Não rompe a convenção científica (e em ciência, como afirmou Poincaré quase tudo é convencional), mas, sim, coloca a Contabilidade como responsável pelos estudos de fenômenos que provenientes de outras áreas influem, todavia, sobre a riqueza celular da sociedade humana.

Desses axiomas se derivam muitos teoremas e todo esse complexo é que constitui a Teoria das Funções Sistemáticas do Patrimônio, base da Teoria Geral do Conhecimento Contábil e doutrina que alimenta o Neopatrimonialismo.

TEOREMAS CONTABEIS DO NEOPATRIMONIALISMO

Uma teoria é um conjunto de teoremas como uma ciência é um conjunto de teorias.

Quando apresentei a minha teoria científica das funções sistemáticas, preocupei-me, portanto, em elaborar proposições lógicas e infralógicas que decorriam da análise e raciocínio sobre a observação de fatos patrimoniais, tão como de experiências que entendi pudessem ser reconhecidas como válidas.

Uma proposição lógica experimentável, como teorema contábil, por natureza, precisa ser abrangente e expressar uma relação entre fatos observados em relação ao comportamento da riqueza das células sociais, pois, só assim, será científica, devendo ser verdadeira, de validade universal e perene para que se sustente como tal.

Foi sob esse paradigma que desenvolvi todo um conjunto de teoremas, visando a construir a minha teoria.

Na literatura contábil não são muitos os cientistas que se preocuparam com a questão; em Vincenzo Masi, Lino Azzini, Pietro Onida, Alberto Ceccherelli e Giovanni Ferrero, todavia, reconheço os que de forma pioneira mais seriamente enquadraram as proposições em termos lógicos e competentes para construir doutrinas, apresentando enunciados de qualidade.

Embora os insígnies mestres citados não tivessem tido a preocupação em disciplinar os teoremas para dar a eles uma seqüência lógica exigível para uma construção teórica, sem dúvida ensaiaram tal empreendimento.

Só a organização de teoremas correlatos e seqüenciais pode sustentar uma teoria e ensejar a produção de modelos científicos.

Os modelos são estruturas, arquétipos que oferecem condições de gerir-se a riqueza de forma racional .

Podem existir, como de fato existem, modelos empíricos (como fartamente apresentam os autores estadunidenses) e modelos científicos, mas, somente estes possuem aplicação geral.

Meus livros Teoria da Contabilidade (edição Atlas), Teoria Geral do Conhecimento Contábil (edições IPAT e ICAC) e a minha página da Internet (www.lopesdesa.com) apresentam dezenas de teoremas científicos.

NEOPATRIMONIALISMO E UTILIDADE PRÁTICA DA SUA DOCTRINA

Quando difundi a “Teoria das Funções Sistemáticas do Patrimônio das Células Sociais” não faltaram os que me indagaram sobre o sentido “prático” de tal estudo.

Rigorosamente situada dentro das convenções da filosofia da ciência, a referida teoria, todavia, como ocorre com todas as demais dos diversos ramos do saber humano, desenvolveu-se como um “conhecimento do conhecimento”, preocupada em disciplinar o pensamento e propor relações de fatos que permitiam conhecer verdades sobre o comportamento patrimonial, reconhecendo que a informação e as demonstrações de registros são apenas instrumentos de evidência de acontecimentos.

As “especializações” modernas, todavia, como afirmou o ilustre intelectual alemão Gadamer, têm manifestado uma cegueira crônica que tudo limita a campos estreitos de observação pragmática, sem preocupações com o holístico e muitas vezes desconhecendo a própria essência dos acontecimentos para ater-se a um formalismo obtuso ou a utilitarismo exagerado (obra citada na bibliografia, página 47).

Uma teoria científica, todavia, busca universalidades e não apenas o confinar-se em casos isolados sendo este, pois, o caminho que seguimos e o objetivo colimado em meu estudo.

A falta de liquidez em uma empresa determinada empresa siderúrgica, por exemplo, resolvida com modelos específicos de uma situação emergencial e circunstancial, é apenas um instrumento de observação, mas, não a solução para todos os casos de falta de meios de pagamentos.

Erguer um conhecimento científico requer uma busca intelectual que indique caminhos amplos que apontem realidades que possam ocorrer em todos os lugares e em todos os tempos sempre da mesma forma, sob o efeito de relações identificadas por alguma teoria.

As proposições neopatrimonialistas tiveram como objetivo, portanto, a visão holística e interdisciplinar, como, também, a utilidade que um novo método ofereceria à prática.

Foi assim procedendo que se comprovaram as visões de muitas aplicações que surgiram em tarefas de análises de demonstrações contábeis, em perícias, em custos, como o evidenciaram os Professores Marco Antônio Amaral Pires, Eduardo Carvalho, César Eduardo Stevens Kroetz, Werno Herckert e outros neopatrimonialistas que utilizaram os raciocínios da teoria das funções sistemáticas em seus trabalhos práticos.

Em experiências que realizei para a produção de modelos de comportamento patrimonial, aplicadas em diversas empresas, tão como na interpretação de várias demonstrações financeiras realizadas a pedido de clientes para efeito de formação de conceitos sobre comportamentos de gestões (tais como: Furnas Centrais Elétricas S/A, Siemens Ltda., Schahin Engenharia Ltda., Xerox Comércio e Indústria Ltda., Sociedade de Investigações Florestais etc.) foi-me possível comprovar a utilidade, na prática, das verdades enunciadas pelos teoremas de minha Teoria Geral do Conhecimento Contábil.

A confirmação de uma teoria, em ciências experimentais, como o é a Contabilidade, não cria grandes dificuldades, mas requer um rigor lógico compatível com o desenvolvimento intelectual daquela.

Os neopatrimonialistas que atualmente encetam suas pesquisas baseadas na teoria das funções sistemáticas perseguem modelos que possam ser úteis especialmente no campo da Contabilidade Gerencial.

O estudo do patrimônio, tal como está situado na Teoria das Funções Sistemáticas, preocupa-se com a “essência”, com o exercício desta em suas transformações constantes e é por isto que consagra a função como núcleo.

O Neopatrimonialismo continua a sua marcha evolutiva e com ele a Contabilidade vai ganhando, a cada momento, maior progresso.

A função social do conhecimento contábil é tão vasta que um dia haverá de ser assim reconhecida, entendendo que é através da Contabilidade que se

conseguirá o bem estar das nações, pelo emprego dos modelos de eficácia patrimonial, capazes de indicarem caminhos para a prosperidade individual e social, sob uma ótica de respeito humano à vida de todos os seres.

BIBLIOGRAFIA

AMADUZZI, Aldo - Indagini sull'efficienza, teoria dell'equilibrio nella dinamica aziendale, pianificazione integrale d'azienda, editor Colombo Cursi, Pisa, 1966

AMORIM, Jaime Lopes - Teoria Dinamista, Estudos do ISCAA, Aveiro, 1995

CARQUEJA, Hernani O. - A escola do Porto e a teoria da Contabilidade, in Revista de Contabilidade e Comércio, nº 213, Porto, 1º Trimestre de 1997

CASELLA, Luiz Garcia - Comentários sobre el libro Teoria Geral do Conhecimento Contábil, em Boletim IPAT número 13, Belo Horizonte, 1997

D'AURIA, Francisco - 50 anos de Contabilidade, Gráfica Siqueira, São Paulo, 1954

D'AURIA, Francisco - Primeiros Princípios de Contabilidade Pura

FRANCO, Hilário - Fundamento Científico da Contabilidade, edição Revisora Gramatical, São Paulo, 1950

KROETZ, César Eduardo Stevens, MATOS, Wilson Castro de e FONTOURA, José Roberto de Araújo – Aplicação da Teoria Geral dos Sistemas à Contabilidade, em Revista Brasileira de Contabilidade n. 114, Brasília, Novembro/Dezembro de 1998

GADAMER, Hans-Georg – Elogio da teoria, edições 70, Lisboa, 2001

LAMBERT, Karel e BRITTAN, Gordon G. Jr. - Introdução à filosofia da ciência, editora Cultrix, São Paulo, 1970

LEE, Thomas F. – El proyecto genoma humano, edições Gedisa, 2ª. Edição, Barcelona, 2001

LOSEE, John – Introdução histórica à filosofia da ciência, edição Terramar, 1998

MASI, Vincenzo - Bataglie e conquiste in economia aziendale, edição Livio Stracca, Pescara, 1935

MASI, Vincenzo - Dinamica Patrimoniale, vols. I e II , edição CEDAM, Pádua, 1946 e 1947

MASI, Vincenzo - Filosofia della Ragioneria, edição Tamari, Bolonha, 1961

MASI, Vincenzo - La moderna Ragioneria nell'azienda moderna, edição Zuffi, Bologna, 1957

NEPOMUCENO, Valério - A ambiência filosófica da Teoria das Funções, em Revista de Contabilidade e Comércio, n.º 210, Porto, 2º semestre de 1996

NEPOMUCENO, Valério - A teoria do conhecimento contábil: o pragmatismo norte-americano, Revista do CRC do Rio Grande do Sul, no. 87, Porto Alegre, Outubro/Dezembro de 1996

PIRES, Marco Antonio Amaral - Estrutura da Teoria Contábil Lopesista - em Contabilidade Vista e revista , v. 8 , n.º. 1 , Belo Horizonte, dezembro de 1996

SÁ, Antônio Lopes de - Filosofia da Contabilidade , Gráfica Editora Aurora, Rio de Janeiro, 1953

SÁ, Antônio Lopes de - Fundamentos lógicos de la teoria de las funciones sistemáticas del patrimonio hacendal , in Cuadernos de ciencias economicas y empresariales , ano 16, número 23, edição da Universidade de Malaga , Malaga , julho-dezembro de 1992

SÁ, Antônio Lopes de - Introdução à teoria das funções sistemáticas do patrimônio , in Cuadernos aragoneses de economia, n.º. 15, edição da Universidad de Zaragoza , Saragoça, 1990

SÁ, Antônio Lopes de - Lógica do conceito e conceitos fundamentais em Contabilidade, conferência de abertura das V Jornadas de Contabilidade de Portugal, em Actas das V Jornadas de Contabilidade, edição do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, 1995

SÁ, Antônio Lopes de - Teoria da Contabilidade, Editora Atlas, São Paulo, 1998

SÁ. Antonio Lopes - Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade, edição Editora Atlas, São Paulo, 1997 e VISLIS, 2^a edição, Lisboa, 1998

SÁ, Antônio Lopes de - Teoria Geral do Conhecimento Contábil, edição IPAT-UNA, Belo Horizonte, 1992 e ICAC, Madri 1998

WITTE, Eberhard - Die Liquiditätspolitik der unternehmung, edição J.C.B. Mohr, Tübingen, 1963

ZURUTUZA, Emilio - La empresa y el proceso de integración económica internacional, in Internacionalización de la empresa : un desafío para el 2.000 , edição AECA, Madri, 1995